

Gonet pede condenação de Bolsonaro por golpe

Pedido engloba também demais integrantes do “núcleo crucial”

Por Rudolfo Lago

Faltavam cinco minutos para a meia-noite quando o procurador-geral da República, Paulo Gonet, protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) suas alegações finais pedindo a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado e outros crimes.

Além de golpe de Estado, Gonet pede também a condenação de Bolsonaro pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio público tombado.

“O grupo, liderado por JAIR MESSIAS BOLSONARO e composto por figuras-chave do governo, das Forças Armadas e de órgãos de inteligência, desenvolveu e implementou plano progressivo e sistemático de ataque às instituições democráticas, com a finalidade de prejudicar a alternância legítima de poder nas eleições de 2022 e minar o livre exercício dos demais poderes constitucionais, especialmente do Poder Judiciário”, escreve Gonet nas suas alegações.

8 de janeiro

Nesse sentido, Gonet argumenta que o dia 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos três poderes foram invadidas e depredadas por manifestantes, “pode não ter sido o objetivo final do grupo, mas passou a ser desejado e incentivado”, porque, segundo Gonet, aquela altura era a “derradeira opção disponível”.

Na denúncia que fizera antes, Gonet já tinha detalhado



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Para Gonet, Bolsonaro foi o “líder” da “organização criminosa”

todas as demais tentativas que, segundo ele, foram feitas, desde as ações para desacreditar o sistema eletrônico de votação até a tentativa de atentado a bomba no Aeroporto de Brasília na véspera do Natal de 2022, passando pelas depredações que também aconteceram na data da diplomação de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente eleito, no dia 12 de dezembro daquele ano.

Líder

“O líder enaltecido pelos manifestantes era JAIR BOLSONARO e a pauta defendida era fruto do seu insistente e reiterado discurso de radicalização, embasado em fantasias sobre fraude do sistema eletrônico de votação e em injustas descrenças na lisura dos poderes constitucionais, exatamente nos mesmos moldes da narrativa construída e propagada pela organização criminosa”, descreve Gonet.

Nas suas alegações finais, Gonet também recomenda a condenação dos demais integrantes do que chamou de “núcleo crucial”, que seriam, segundo ele, os cabeças da trama golpista. São eles: o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de Ordens de Bolsonaro, que fez acordo de colaboração premiada e é o principal delator na ação penal; o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência e atualmente deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ); o ex-comandante da Marinha Almir Garnier; o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência general Augusto Heleno; o ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres; o ex-ministro da Defesa general Paulo Sérgio Nogueira, e o candidato a vice-presidente na chapa derrotada de Bolsonaro em 2022, general Walter Braga Netto.

Mauro Cid confirma que Bolsonaro editou minuta

Por Karoline Cavalcante

O Supremo Tribunal Federal (STF) voltou a ouvir, na tarde desta segunda-feira (14), o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), no âmbito das investigações sobre uma suposta tentativa de golpe de Estado em 2022. Cid prestou depoimento como informante, em razão do acordo de colaboração premiada firmado com a Justiça. Mais cedo, a Corte iniciou as oitivas das testemunhas de defesa dos núcleos dois, três e quatro da investigação.

O depoimento de Mauro Cid ao ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, começou por volta das 14h. Ele é réu no chamado “Núcleo Crucial” da trama golpista, que reúne os supostos principais articuladores da tentativa de ruptura institucional. Durante a audiência, Cid reafirmou que Bolsonaro teve acesso a uma minuta que previa a decretação de estado de sítio e a convocação de novas eleições. O documento também incluía a prisão de autoridades, entre elas ministros do STF e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

“Esse documento era composto de duas partes. A primeira eram os considerandos, que eram possíveis interferências que o STF e o TSE fizeram durante o período eleitoral. A segunda incluía a prisão de autoridades, decretação de novas eleições e algumas medidas relacionadas”,



Ton Molina/STF

Mauro Cid reafirmou participação de Bolsonaro na minuta

afirmou o delator.

Segundo Cid, o ex-assessor internacional de Bolsonaro, Filipe Martins, foi o responsável por apresentar a minuta ao então presidente. Cid afirmou ainda que Bolsonaro não apenas teve acesso ao texto, como sugeriu alterações em seu conteúdo.

O tenente-coronel também esclareceu que Martins não embarcou com Bolsonaro para os Estados Unidos dois dias antes da posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), apesar de seu nome constar na lista da comitiva. Em 2023, o ex-assessor chegou a ser preso preventivamente por ordem de Moraes, sob suspeita de tentativa de fuga. Ele permaneceu detido por seis meses, até que seus advogados comprovaram que não havia deixado o Brasil.

Durante a sessão, a defesa de Martins questionou por que Cid não havia informado à Polícia Federal, anteriormente, que o ex-assessor não participou da viagem. O tenente-coronel, então, respondeu: “Porque não me foi perguntado”.

Tensão

A ocasião também foi marcada por momentos de tensão. Em um deles, o relator repreendeu o advogado Jeffrey Chiquini, que representa Filipe Martins e o tenente-coronel Rodrigo Bezerra de Azevedo, das Forças Especiais, também réu no processo.

O defensor havia solicitado a suspensão da audiência devido ao volume de novas provas reunidas no caso, por alegar não ter conseguido fazer a análise completa. Ao receber a negativa do

magistrado, tentou argumentar novamente o que gerou reação. “Enquanto eu falo, o senhor fica quieto. Não vamos tumultuar, doutor”, declarou Moraes.

Audiências

Pouco tempo depois, ao negar outra questão de ordem de Chiquini, o ministro disse que a divisão feita pela Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre a composição dos núcleos do golpe cabe estritamente ao órgão. “Não é o senhor que vai ditar se a PGR deve denunciar seu cliente no núcleo 1, 2 ou 3. Senão, deveria ter feito concurso para a Procuradoria”, rebateu Moraes.

Pela manhã, começaram as oitivas das testemunhas de defesa e de acusação nas ações penais. O primeiro a depor foi o ex-coordenador de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Adiel Pereira Alcântara, acusado de realizar ações para dificultar o trânsito de eleitores nas eleições de 2022; em seguida, o ex-analista de Inteligência do Ministério da Justiça, Clebson Ferreira, que teria recebido ordens do chefe da Pasta para ligar Lula à facção criminosa Comando Vermelho. Por fim, o empresário Éder Lindsay Magalhães Balbino, por ter ajudado o Partido Liberal a produzir um material sobre a existência de fraudes nas urnas eletrônicas.

A condução desses depoimentos foi realizada pelo juiz auxiliar do gabinete de Moraes, Rafael Henrique Tamai Rocha.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Segundo PL, Hugo Motta adiou projeto

Tarifaço inviabiliza votação de anistia neste mês

Até o PL admite que a confusão em torno do tarifaço norte-americano inviabilizou a apresentação, pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) de um projeto de anistia que seria votado ainda neste mês.

“Agora ficou ruim”, afirma o líder do partido na Câmara, Sóstenes Cavacante (RJ). Na carta aberta enviada ao presidente Lula, Donald

Trump reclamou de uma perseguição a Jair Bolsonaro — dois dos filhos do ex-presidente, Eduardo e Flávio, disseram que uma anistia ampla seria essencial para que as sanções fossem revogadas.

Para Sóstenes, não é possível saber se a pressão do presidente norte-americano prejudica a concessão do benefício ou se o favorece e até colabora para sua ampliação.

Complicação

Mas, segundo ele, é inevitável que a pressão feita por Trump complicou a apresentação, agora, do projeto de Motta, uma anistia que seria voltada para tirar da cadeia os já condenados. A proposta, que também teria votação rápida no Senado, não beneficiaria Bolsonaro.

Subserviência

Sóstenes ressalva não ter conversado com Motta, mas diz ser preciso deixar o tema “decantar”. Outro deputado, da base do governo, disse à coluna ter ouvido do presidente a informação sobre o adiamento do projeto: a votação hoje, soaria como subserviência aos EUA.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Deputado se licenciou do mandato e foi para os EUA

Campanha de Eduardo repercute mal até na direita

Este mesmo deputado, que transita bem na oposição, diz ter percebido, pela primeira vez, uma irritação de parte da extrema direita com a família Bolsonaro.

Um descontentamento, principalmente, com a decisão de Eduardo tirar licença do seu mandato de deputado para “fazer pressão sobre o Brasil”.

Sóstenes, por sua vez, ressalva que o filho 03 de Bolsonaro jamais defendeu o estabelecimento de sanções comerciais contra o país: Eduardo e Paulo Renato Figueiredo Filho, neto do ex-presidente João Figueiredo, buscavam punições que atingissem o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

Tempo

O problema, frisa o líder do PL, tem a ver com o estilo americano de atuar — nem sempre eles fazem o que se espera. “Não pedimos que houvesse uma intervenção na área econômica”, ressalta. Diz que só o tempo dirá se isso terá consequências políticas para a direita.

Agenda

Como o Correio Bastidores anunciou na última sexta-feira, a reunião, hoje, entre lideranças empresariais, entre eles, exportadores, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços já estava marcada desde bem antes do anúncio das sanções de Trump.

Foguetes

Segundo ele, até um eventual desgaste entre grupos mais alinhados à direita deverá ser revertido a partir de novos fatos. “Empresários que estão agora um pouco chateados vão soltar foguetes quando vierem as punições ao Alexandre de Moraes”, prevê.

Tema de hoje

Essas conversas são realizadas a cada 45 dias e servem para que governo e empresários ajustem algumas posições. O tarifaço, porém, será o principal tema das discussões de hoje — a exemplo do que fez outras vezes, Geraldo Alckmin, ministro e vice-presidente, estará lá.